

GRÊMIO ESTUDANTIL



GOVERNADOR

Aécio Neves da Cunha

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Vanessa Guimarães Pinto

SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO

João Antônio Filocre Saraiva

SUBSECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Maria Eliana Novaes

SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DA EDUCAÇÃO

Gilberto José Rezende dos Santos

SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO

Syene Maria Coelho de Toledo

SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO

Raquel Elizabete de Souza Santos

Apresentação

Considerando a importância da participação dos alunos na vida da escola e da comunidade escolar apresentamos este documento que pretende orientar a organização do Grêmio Estudantil e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento pessoal e formação de estudantes, enquanto cidadãos críticos, responsáveis, conscientes e atuantes na sociedade.

Este manual insere o Grêmio na proposta e na prática pedagógica da escola, como instrumento para fortalecer a gestão democrática. O documento apresenta breve relato sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE) e do movimento político nacional, enfoca a importância do coletivo, dos direitos e dos deveres numa perspectiva cidadã, dá ênfase às articulações e influências no contexto político, além de destacar o idealismo, a participação e a conquista da autonomia no Protagonismo Juvenil.

Para subsidiar a organização do Grêmio na escola, este manual apresenta legislação pertinente e modelos de documentos necessários à sua implantação.

Com a divulgação dessas orientações, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais espera contribuir para a organização dos alunos, e para tornar o Grêmio Estudantil uma realidade na escola pública.

Maria Eliana Novaes
Subsecretária de Desenvolvimento da Educação

SUMÁRIO

Apresentação	04
Grêmio Estudantil	06
Introdução	06

Parte I

1- A relação Grêmio Estudantil e Proposta Pedagógica da Escola	08
2- A escola, a formação para a cidadania e o Grêmio.	10
3- O que é possível concluir disso tudo?	13
4- As Organizações Cívicas, o Grêmio Estudantil e o Protagonismo Juvenil	14
4.1- O Protagonismo Juvenil	16
4.2- Por que falamos em democracia participativa, cidadania, protagonismo?	
O que tem tudo isso a ver com a questão dos Grêmios Estudantis?	18

Parte II

1- O Grêmio Estudantil e os alunos	19
2- Quais as possibilidades de participação dos alunos, quais os limites para as realizações do Grêmio?	20
3- Quem pode oferecer apoio e contribuir para ajudar o Grêmio em suas realizações?	22
4- Informações importantes	23
4.1- Como se organiza um Grêmio Estudantil?	23
4.2- Fundamentação legal.	24
4.3- Modelos de outros documentos necessários à eleição do Grêmio Estudantil.	25

Parte III

Conclusão	30
Indicações Bibliográficas	30

Grêmio Estudantil

CONSTRUINDO – RESGATANDO – TRANSFORMANDO

Introdução

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEEMG dando continuidade aos seus esforços no sentido de contribuir à implantação de um modelo de gestão democrática por parte das escolas do sistema estadual de ensino, desenvolve, no quadriênio 2003-2006, ações, tendo em vista a valorização das iniciativas dos seus alunos e dos Grêmios Estudantis. Dar voz aos alunos e incentivar a sua participação em diferentes momentos e ações da vida escolar e da vida na comunidade, com certeza, constitui uma das principais preocupações de todas as escolas. Entretanto, muitas vezes, por falta de um debate mais amplo sobre o assunto, essa participação se faz de maneira pontual e restrita. Assim, há evidências indicadoras de que falta às agremiações estudantis maior apoio e incentivo institucional, de um modo geral.

A SEEMG acredita que, na escola, deve haver um espaço a ser ocupado pelos estudantes. Acredita, também, que o Grêmio Estudantil pode constituir-se numa agremiação que propicia, aos alunos, ricas e proveitosas experiências que muito contribuirão para seu desenvolvimento pessoal e para sua formação, tendo em vista o exercício crítico, consciente, responsável, de ações nos diferentes campos - cultural, político e social - indispensáveis às sociedades pluralistas e democráticas.



E. E. Professora Maria Amélia Guimarães - BH - MG - Arquivo da Escola.



Alunos da Escola Estadual "Professor Guilherme Azevedo Lage" - Belo Horizonte - MG - Arquivo da Escola.

O presente documento trata especificamente destes temas: das organizações estudantis, da cidadania participativa e do protagonismo juvenil. Longe de se pretender esgotar o debate sobre tais assuntos, a SEEMG espera contribuir para que eles sejam introduzidos, ampliados ou aprofundados, tendo, como objetivo, oferecer às escolas alguns subsídios para que a idéia do Grêmio e da participação estudantil no dia-a-dia da escola e da comunidade possa ser melhor focalizada e entendida, em consonância com a Proposta Pedagógica da Escola.

Assim, este documento foi construído em duas partes, sendo que:

a primeira pretende apoiar a discussão em torno das idéias acima, ou mesmo, no sentido de enriquecê-la ou ampliá-la, caso já tenha sido iniciada pela escola, oferecendo informações que possam fundamentar um projeto, orientado pela Proposta Pedagógica da Escola, que tenha por objetivo o protagonismo juvenil e a criação do Grêmio Estudantil;

a segunda, oferece informações de caráter prático, com o intuito de auxiliar àqueles que pretendem tornar o Grêmio uma realidade na escola.

Esperamos que, mais do que uma simples contribuição teórica, este texto signifique um instrumento a ser utilizado pelos profissionais da escola, estudantes e pais, enfim, por toda a comunidade escolar, e que, também, possa facilitar a construção, o resgate e/ou a transformação dos Grêmios Estudantis no interior das escolas, dentro de um clima de tranquilidade, criando espaços de participação efetiva e sistemática por parte dos alunos.

Parte I

1- A relação Grêmio Estudantil e Proposta Pedagógica da Escola

Nesta parte inicial do presente documento, afirmamos nossa convicção de que o Grêmio Estudantil é um espaço de exercício da cidadania de grande valor. A cada nova eleição, a cada grupo que compõe a sua diretoria, esse exercício se repete, com roupagens diferentes, com dificuldades sempre presentes, com avanços e recuos, o que é inerente a qualquer processo de aprendizagem. Entretanto, uma certeza se impõe: não haverá Grêmio atuante se não houver um espaço real de participação aberto para ele, espaço esse inscrito em convicções democráticas, partilhadas pela escola como um todo. Ou seja, o Grêmio só cumpre o seu papel e só se torna uma realidade dentro da escola que assim o deseja.

Por essa razão, ao se refletir sobre as questões afins à (re)construção do Grêmio, torna-se indispensável pensá-lo como um dos projetos da escola e, portanto, inserido em sua Proposta Pedagógica¹. Se, por um lado, cabe à Proposta Pedagógica acolher e apoiar os movimentos e desejos dos estudantes, identificando, inclusive, suas potencialidades educativas, por outro, tal base institucional possibilitará elementos de enfrentamento do desafio de conferir maior estabilidade aos processos de criação e funcionamento do Grêmio Estudantil.

É nosso entendimento que a Proposta Pedagógica de uma escola constitui-se em um projeto de mudança da realidade escolar, apresentando os recursos necessários para efetivá-la. A sua elaboração canaliza a potencialidade do coletivo da instituição e incentiva a criatividade para a busca de novas alternativas de ação. Enquanto Plano de Ações, sistematiza as propostas consensuadas, dá unidade e organicidade às diferentes ações vivenciadas no âmbito escolar, direciona a organização dos ambientes formativos e de projetos específicos, articulando o particular ao geral (VASCONCELLOS, 2002).

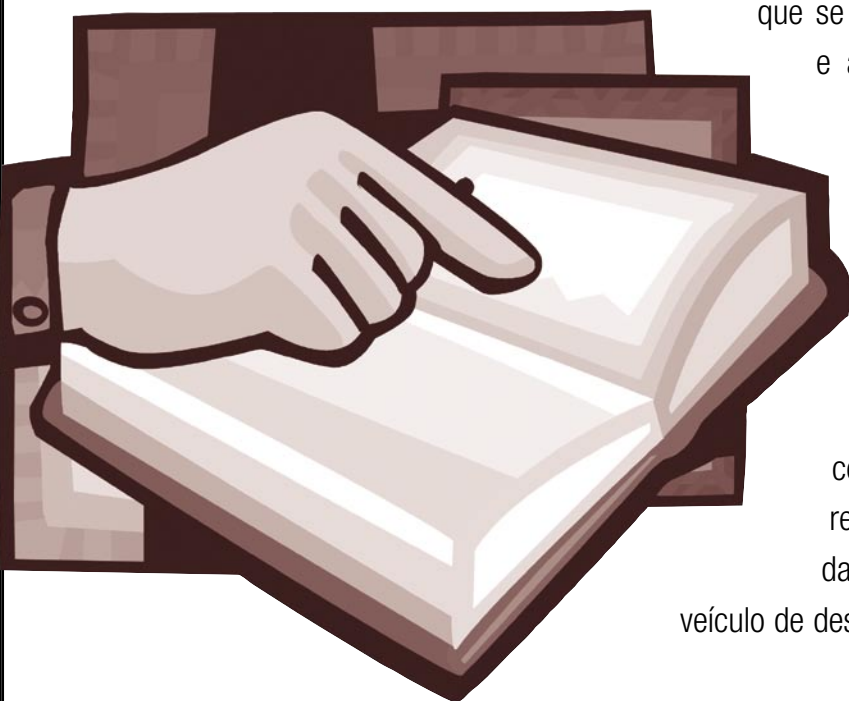
No seu sentido mais autêntico, a Proposta Pedagógica aglutina todas as iniciativas que se constituem no âmbito escolar e, portanto, também a do Grêmio, norteando a busca de superação da ação desprovida de intencionalidade institucional, das fragmentações, da desarticulação. Todas as pessoas comprometidas com a Proposta Pedagógica comprometem-se, igualmente, com o sucesso dos diferentes empreendimentos escolares nela inseridos, desenvolvendo vivências e práticas necessárias à concretização da função social da escola. Tal compromisso não significa tutela, paternalismo ou intromissão, mas, sim, predisposição com a finalidade de contribuir para o sucesso, disponibilidade, apoio às iniciativas, abertura ao diálogo.

¹ Terminologia utilizada na LDB/96; nas escolas, com conceito similar, pode receber diversas outras denominações: Projeto Político Pedagógico, Projeto Educativo, Projeto Pedagógico, Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE - Projeto Institucional, Plano Diretor da Escola, etc.

A Proposta Pedagógica, entretanto, não condiciona a estrutura ou a atuação do Grêmio Estudantil, nem tampouco impõe a sua existência. O Grêmio não é uma organização burocrática que toda escola deva obrigatoriamente ter. Aliás, a sua criação pressupõe que já exista, no âmbito escolar, espaço e ambiente necessários para o seu acolhimento, ou seja, a vivência de práticas democráticas, o compromisso com uma educação voltada para a construção da cidadania e com a participação e o entendimento de serem os alunos, sujeitos sócio-históricos e culturais, que participam do processo educacional, capazes de tomar iniciativas, de agir, de usar conscientemente sua liberdade, de assumir responsavelmente compromissos, que aprendem e se desenvolvem nas relações sociais.

O pressuposto básico é o de que aquilo que os alunos pensam, dizem e fazem é importante tanto para eles, que desenvolvem competências sociais, como para a escola, que avança na vivência de princípios democráticos. Dentro desse entendimento, o Grêmio Estudantil se estrutura no interior da escola não

como oposição, mas como partícipe, como uma agremiação que se posiciona frente aos problemas que a afetam e afetam a comunidade em que a escola está inserida.



O Grêmio pode dar importante contribuição no sentido de proporcionar o envolvimento dos alunos, ajudando-os a pensar a escola em seu conjunto, desenvolvendo-lhes o senso de pertence, o compromisso com alguns valores e princípios, bem como a reflexão e posicionamento frente aos problemas da atualidade. Pode constituir-se, ainda, num veículo de desenvolvimento cultural, cívico e social.

Entretanto, tais possibilidades requerem necessariamente que a escola, direção, professores e demais profissionais estejam abertos ao diálogo, assumindo sua parcela de responsabilidade na discussão democrática com os alunos, entendendo que a construção de um Grêmio efetivo demanda tempo, incentivo, apoio, credibilidade e confiança nas inúmeras possibilidades de ações criativas.

Sabemos o quanto são distintas as realidades institucionais, o quanto são diferentes os alunos, as dificuldades e os recursos locais. Porém, seja qual for o contexto, a Proposta Pedagógica precisa encontrar formas efetivas de aproveitamento do potencial dos estudantes para mudar os aspectos negativos da realidade escolar, nem subestimando a potencialidade da ação criativa dos jovens, nem, igualmente, superestimando o poder de suas ações, ignorando os reais limites para as mesmas. Assim procedendo, estará favorecendo o desenvolvimento desses jovens em cidadãos autônomos e solidários.

2- A escola, a formação para a cidadania e o Grêmio

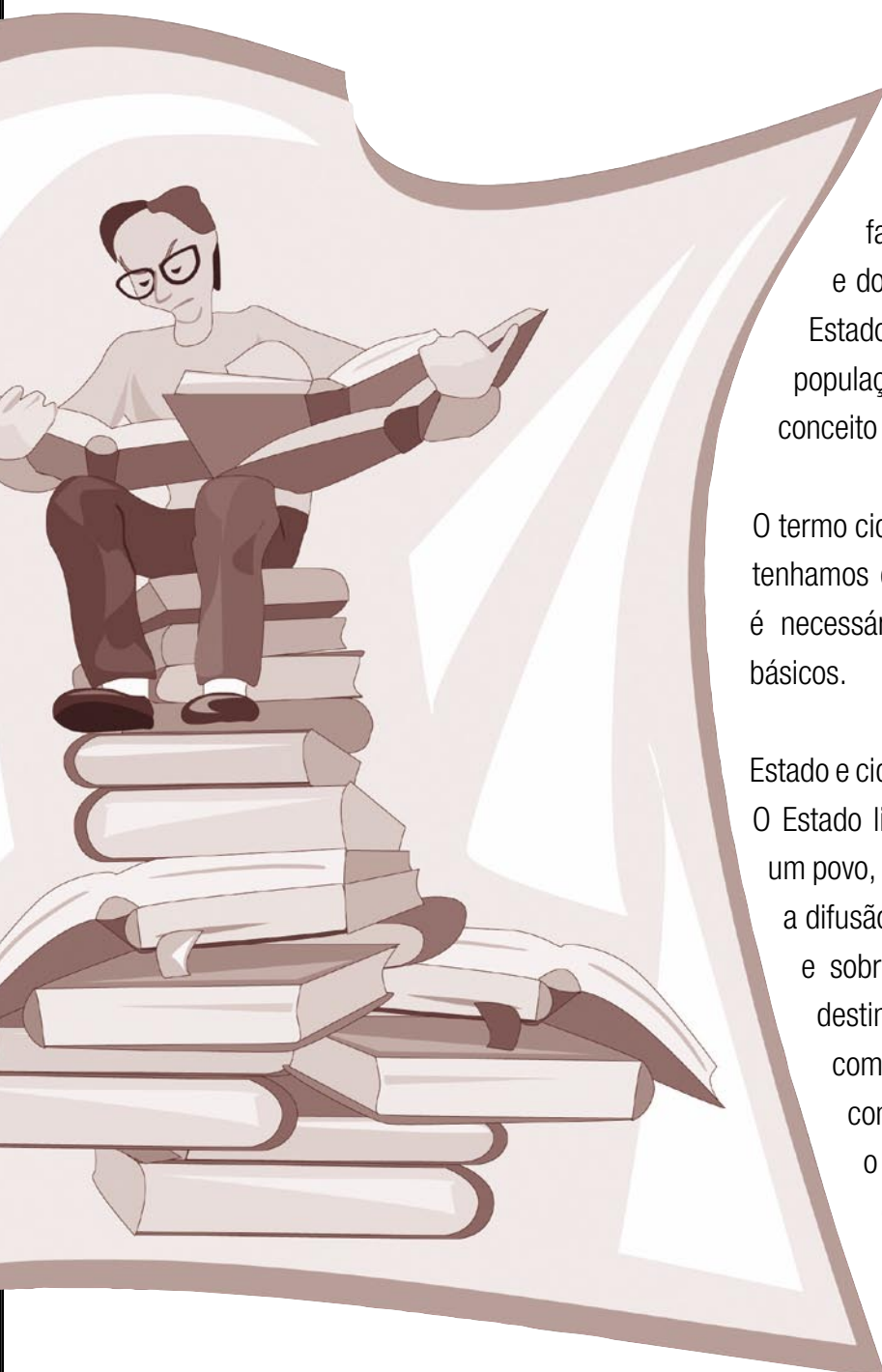
Neste ponto do nosso documento, trazemos algumas questões para subsidiar a discussão sobre o conceito de cidadania. Procuramos focalizar a articulação entre Estado e cidadão, centrando nossa atenção mais especificamente sobre a importância do Estado, enquanto instância organizadora da vida coletiva e sobre a importância da autonomia do cidadão, sujeito crítico, capaz de contribuir para o debate democrático dos conflitos inerentes à vida coletiva. Por outro lado, numa outra dimensão, estão o Grêmio Estudantil e a escola, instituições inseridas nesse contexto amplo, ou seja, a escola, instância de socialização, e o grêmio, instância de exercício da cidadania.

O tema do presente documento refere-se, principalmente, à educação dos jovens para o exercício da cidadania., considerando os Grêmios Estudantis como uma das formas possíveis para esse exercício. Acreditamos que os jovens são capazes de participar da sociedade, apresentando soluções e atuando para o seu aperfeiçoamento.

Os movimentos estudantis comprovam esse potencial da juventude. A história das agremiações estudantis no Brasil tem, como ponto de partida, a União Nacional dos Estudantes Universitários - UNE. Desde a sua fundação, ainda em 1937, a UNE marcou sua presença no cenário político do País, em diferentes momentos. Participou da campanha pela criação da PETROBRÁS, na década de 40, participou de movimentos sociais e culturais importantes, posicionou-se firmemente ao longo do período da ditadura militar, pelo restabelecimento da democracia em nosso País. Outras organizações, como a União Brasileira dos Estudantes Secundários - UBES, que se seguiram à UNE, também têm se mostrado muito atuantes. Mais recentemente, já na década de 90, os estudantes participaram decisivamente de outros momentos da nossa história. Desempenharam, por exemplo, um importante papel na mobilização popular que culminou com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, no movimento que ficou conhecido como o dos caras pintadas.

Ao refletirmos sobre essas mobilizações populares, sejam elas impulsionadas pelos jovens, pelos trabalhadores, pelas mulheres e por outros segmentos da sociedade que têm maior poder de aglutinação, percebemos que elas sempre evidenciam que a democracia é um sonho, uma utopia que nunca será plenamente alcançada porque nós, aqueles que tentamos realizá-la, somos seres humanos, somos seres imperfeitos, cometemos erros. Porém, nem por isso, podemos tirá-la do horizonte da nossa ação política.

Os movimentos populares evidenciam, também, que o exercício da democracia não se encerra no voto, no ato de delegar àqueles que escolhemos, como nossos representantes, o poder de decidir por nós, uma vez que, ao assumirem esse poder, os eleitos podem julgar-se no direito de tomarem rumos e orientações que atendem a interesses particulares e corporativos, sem levar em conta o bem comum, a coletividade.



Conseqüentemente, a democracia exige uma outra vertente, que é a da participação dos cidadãos. Esses, fazendo uso da sua liberdade de expressão e do seu direito de se organizar, pressionam o Estado no sentido de fazer valer os interesses da população. Isso nos leva a uma discussão sobre o conceito de cidadania.

O termo cidadania está bastante desgastado sem que tenhamos dele uma noção mais precisa. Para tanto, é necessária a compreensão sobre alguns pontos básicos.

Estado e cidadão são dois termos intimamente ligados. O Estado liberal, enquanto forma de organização de um povo, surgiu com a queda das monarquias e com a difusão das idéias sobre a igualdade dos homens e sobre sua liberdade para decidir os próprios destinos, sendo o Governo a instância instituída com a função inicial de arbitrar as contendas e conflitos advindos da vida coletiva. Portanto, o cidadão nasceu praticamente junto com o Estado.

De um modo geral, o termo cidadão refere-se a um sujeito abstrato, sem existência concreta. Foi concebido para designar indivíduos formalmente iguais, livres e autônomos, que têm para com o Estado, ou seja, para com o seu país e com o governo, algumas obrigações de lealdade como por exemplo, a obrigação cívica de participar das eleições dos seus governantes por meio do exercício do voto, a obrigação de compor seus exércitos nos momentos em que esse Estado entra em guerras, a obrigação de cuidar da sobrevivência e proteção dos seus filhos, dentre outros.

Em contrapartida, o cidadão espera que o Estado zele pelos seus interesses, garantindo seus direitos.

Falamos aqui dos direitos:

civis, que se referem ao livre arbítrio de cada um, à garantia da liberdade de tomada de decisões sobre a própria vida, sobre a religião a ser professada, sobre o casamento, sobre a profissão a seguir, sobre votar e ser votado e sobre inúmeras outras decisões que pertencem exclusivamente ao âmbito individual;

políticos, que se referem à liberdade e poder de expressão das próprias idéias, de organização e de associação a grupos que comunguem valores semelhantes, desde que em conformidade com as leis vigentes;

sociais, que se referem ao direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao descanso, à moradia, ou seja, direitos que conferem a cada pessoa um viver digno da sua condição humana.

Entretanto, quase sempre existe uma tensão entre os indivíduos e o Estado. A trajetória

histórica de vários povos evidencia que, em geral, o Estado tende a exercer diferentes formas de dominação sobre os cidadãos, conforme os interesses dos grupos e corporações que detêm poderes de decisões, de influência política ou econômica. Essas formas de dominação podem ser explícitas, como nas diferentes formas de totalitarismo e podem, também, ser mais sutis. Alguns importantes filósofos, como o francês Michel Foucault, por exemplo, afirma que o Estado, por meio das suas instituições – das prisões, dos hospícios, das escolas, dos hospitais, da mídia – pretende transformar os indivíduos em pacatos cidadãos, tirando deles até a própria subjetividade, aquilo que eles têm de diferente e singular. A trilogia do filme Matrix desenvolve bem essa idéia de Foucault, levada às últimas conseqüências: a Matrix é uma realidade artificial, virtual, inicialmente criada para servir aos homens. Entretanto, adquirindo vida própria, ela passa a sugar os cérebros humanos, tirando deles a energia da qual precisa para sobreviver. Para conseguir a aquiescência dos humanos, adormece-os e oferece-lhes uma ilusão de vida, num mundo apenas sonhado, sem materialidade concreta.



Por outro lado, se deixados à solta, sem qualquer processo regulatório, os indivíduos tendem ao individualismo, ao esquecimento dos seus deveres para com a coletividade. Um outro importante filósofo, Thomas Hobbes, escreveu que, sem a sociedade, sem a coletividade, teríamos “a guerra de cada homem contra cada homem, o medo contínuo, o perigo da morte violenta” e a vida do homem seria “solitária, pobre, tosca, bruta e breve” (ABRÃO,1999).

3- O que é possível concluir disso tudo?

Dentre outras possibilidades, podemos concluir que precisamos do Estado, enquanto conjunto de ordenações que permitem a vida em comum. O Estado também precisa dos cidadãos, uma vez que a coletividade não existe sem a vontade daqueles que a constituem. Ou seja, o Estado é o resultado de uma construção coletiva, é uma invenção dos homens, precisa ser sustentado e defendido pelos homens. Entretanto, devido a essa tensão entre Estado e indivíduo, precisamos também aprender a exercer a cidadania criticamente, de tal forma que as modalidades de exercício arbitrário do poder sobre os cidadãos possam ser identificadas e contestadas. O exercício da cidadania crítica pode ser tanto individual quanto coletivo, por meio de movimentos e associações organizadas em torno de idéias e objetivos comuns.

Em síntese, a cidadania é o exercício equilibrado de duas potencialidades: por um lado, há o potencial da solidariedade, da força que nos mantém unidos aos demais, ao próximo, à coletividade. Esse potencial, em exagero, pode significar uma submissão acrítica ao coletivo. Por outro, há o potencial da autonomia, da força que nos impulsiona para nossas realizações individuais, segundo nossas próprias crenças e valores. Esse potencial, quando em exagero, pode levar ao individualismo, ao egoísmo extremado.

O equilíbrio entre essas duas potencialidades é resultante de uma aprendizagem difícil, de um árduo processo. A conquista da autonomia é demorada. Ela se desenrola no dia-a-dia, no contato com os familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho e de escola. O mesmo ocorre com a aprendizagem da solidariedade. Não são apenas os grandes momentos políticos que unem um povo. Tão importantes quanto os grandes momentos são as micropolíticas, aquelas desenvolvidas dentro dos pequenos grupos e organizações e até dentro de nós mesmos, uma vez que em última análise estaremos sempre nos confrontando tanto com a nossa tendência para a realização dos nossos desejos quanto com as limitações inerentes ao viver coletivo.

A história dos movimentos estudantis no Brasil evidencia o quanto tem sido importante a participação de todos, jovens e adultos, em momentos desafiadores da vida política do nosso País. Porém, não são apenas esses momentos que contam. É no âmbito do nosso cotidiano, que aprendemos e compreendemos o verdadeiro sentido da política, da cidadania, das regras e normas que balizam a vida coletiva, obrigando-nos a um exercício constante de revisão dos nossos valores e atitudes para com o outro. Qual seria o papel dos Grêmios estudantis para a aprendizagem desse exercício? Qual seria o papel da escola?



4- As Organizações Civas, o Grêmio Estudantil e o Protagonismo Juvenil

A constituição de organizações civis é um ato de direito político que tem se difundido cada vez mais pelas sociedades do mundo globalizado. Não cabe aqui uma discussão sobre as complexas causas desse fenômeno. Entretanto, sugerimos que o leitor deste documento faça uma leitura atenta das leis que regulamentam os Grêmios Estudantis e que se encontram disponibilizadas no site da SEEMG. Essas leis caracterizam o Grêmio como uma organização civil autônoma, representativa dos interesses dos estudantes, com finalidades educativas, culturais, cívicas, desportivas, sociais. Assim sendo, nesta parte do nosso estudo, propomos uma discussão sobre o conceito de organização civil, o entendimento do Grêmio como tal, e sua articulação com a idéia de protagonismo juvenil.

As organizações civis não são uma novidade no nosso País. Na década de 20, as sufragistas já faziam sucesso. Hoje, as organizações civis mais variadas constituem uma forma comum de articulação entre pessoas ou grupos que comungam os mesmos interesses e ideais. Constituem também um meio de pressão e atuação política e social cada vez mais significativas, tendo-se em vista principalmente o contexto global no qual vivemos. Temos hoje organizações ecológicas, pacifistas, organizações ligadas à saúde, às crianças que vivem em situações de risco, aos dependentes de drogas, às mulheres maltratadas, às vítimas da AIDS e organizações dedicadas à proteção dos animais, da vida marinha, das



Alunos da Escola Estadual “Deputado Renato Azeredo” - Vespasiano - MG - Foto: Ana Valéria Costa.

águas e outras. Aparentemente uma colcha de retalhos, essas organizações tendem a se agregar quando consideram a existência de uma causa comum. Exemplo disso ocorreu nos Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre e mais recentemente nos Fóruns Sociais em Minas Gerais, quando centenas delas se uniram contra o processo de globalização tal como ele tem ocorrido, sugerindo, discutindo, debatendo formas alternativas político-econômicas globais, bem como cobrando respeito e proteção à diversidade.

Constituição Brasileira de 88, em seu artigo 1º, parágrafo único, afirma:

“Todo poder emana do povo e será exercido por seus representantes eleitos ou, diretamente, nos termos desta constituição”.

Esse dispositivo define que o modelo democrático brasileiro deixou de ser apenas representativo, para tornar-se participativo, ou seja, está dado à população brasileira o direito constitucional de participar da formulação das políticas públicas e de controlar as ações governamentais em todos os níveis por meio das suas organizações. A partir do texto constitucional, vários dispositivos têm sido criados, como formas de incentivo à participação, como os diferentes conselhos e órgãos colegiados, tanto na área da saúde quanto na de educação. As leis federais e estaduais, que protegem e incentivam a criação de associações e os Grêmios estudantis, fazem parte desse conjunto.

No entanto, ainda estamos longe de termos um padrão de participação consistente, que faça esses órgãos funcionarem de maneira efetiva. Mesmo reconhecendo o grande avanço ocorrido na organização e funcionamento de nossas Organizações Não Governamentais - ONGs, sabe-se que muitas delas são, ainda, dependentes das similares estrangeiras ou de subvenções do próprio governo.

Para alguns autores, o brasileiro está ainda aprendendo a participar. Assim, para GOMES (2000) isso ocorre como consequência das *profundas raízes ibéricas da nossa formação. O Brasil, como os demais países da América Latina foi uma sociedade construída de fora para dentro e de cima para baixo. Nosso padrão histórico de relacionamento sociedade-Estado está conformado muito mais no modelo do súdito, do apaniguado e do clientelismo do que no modelo do cidadão (GOMES, 2000, p.151).*

Outros autores crêem que a dificuldade de se chegar ao nível de participação já alcançado em outros países deve-se à grande massa de pobreza do País, exposta às mais diferentes formas de manipulação, de obscurantismo, de espoliação, sem condições de acesso aos conhecimentos e aos mecanismos necessários à cobrança dos seus direitos e, até mesmo, às formas e mecanismos de organização.

Entretanto, embora essas explicações tenham um fundo de verdade, ambas são questionadas quando temos notícia de organizações como a ASMARE de Belo Horizonte - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (www.asmare.org.br) -, que devolveu dignidade aos catadores, o reconhecimento efetivo da atividade como uma função importante para a vida da cidade e em cujos galpões desenvolve oficinas e cursos de capacitação profissional para todos os catadores associados. Sendo formada por pessoas oriundas das camadas mais pobres e excluídas da nossa sociedade, a ASMARE constitui um claro exemplo de cidadania participativa.

Também os Grêmios estudantis constituem organizações civis, com regulamentações legais próprias, que lhes garantem um amplo espaço de participação na vida escolar e na vida da comunidade em que se inserem. Na escola em que vocês trabalham, o Grêmio é uma realidade atuante? Há participação dos alunos? As eleições são disputadas? Em caso contrário, por que será que isso não acontece? Quais são as dificuldades e empecilhos para que o Grêmio se transforme numa organização positiva e dinâmica da vida escolar e da comunidade? A escola como um todo concorda e incentiva a existência de um Grêmio Estudantil bem constituído e participante?

4.1- O Protagonismo Juvenil

Os jovens têm uma tendência natural a se agruparem. São idealistas e, em geral, apaixonam-se pelas grandes utopias e ideais sociais e culturais. No nosso País, os movimentos estudantis demonstram que os jovens tendem a não medir conseqüências na defesa das suas crenças. Essa é uma questão delicada visto que, se por um lado, o entusiasmo e a paixão pelo que fazemos é componente essencial para o alcance dos nossos objetivos, por outro, a imaturidade pode ser um componente dificultador. Temos terríveis exemplos na história, demonstradores de que, quando essa tendência natural foi usada em favor dos movimentos totalitários, ocorreram fenômenos como a Juventude Hitlerista ou a Guarda Vermelha de Mao Tsé-Tung.

Hoje, o contexto mundial é outro e também muito adverso. Na verdade, as condições do mundo de hoje são tanto quanto ou até mais graves, em muitos aspectos, do que no passado. Imersos num contexto



difícil e até hostil, os jovens, de maneira geral, precisam ser ajudados a encontrar um sentido para suas existências, necessitam ser encorajados a formular um projeto para suas vidas, carecem aprender o caminho da autonomia e da cidadania participativa. Acreditamos que essa é, no momento, a missão mais importante de todas as instituições educativas da nossa sociedade. Mas como ajudar nossos jovens? Por onde as escolas devem começar?

Conforme dissemos acima, é árduo o caminho que conduz à autonomia. Até que o jovem consiga formular para si um projeto de vida, ele precisa aprender a crer em si mesmo, em suas capacidades e potencialidades e também a reconhecer suas limitações. Além disso, ele necessita passar por experiências que o ajudem a se conhecer, a identificar suas forças e tendências, a identificar o papel que deseja ocupar na coletividade. É nesse ponto que se inserem os grupos e organizações juvenis.



Para GOMES (2000) o incentivo ao protagonismo juvenil é a solução. O termo protagonismo é usado para referir-se ao agente principal de uma determinada ação. Entretanto, esse autor trabalha com uma idéia mais ampla de protagonismo, entendendo-o como a participação do adolescente em atividades que extrapolam o âmbito dos seus interesses familiares e individuais e que podem ter como espaço a escola, a vida comunitária, até mesmo, a sociedade em sentido mais amplo, por meio de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização, com o objetivo de ajudar ou promover a solução de problemas reais existentes em cada um desses espaços. Para ele, a escola é a primeira etapa do ingresso dos jovens na esfera pública e, portanto, o ponto de partida necessário e fundamental para o envolvimento dos adolescentes nas questões de interesse coletivo:

Vemos o protagonismo juvenil como uma pedra atirada na superfície de um lago. O efeito do seu impacto se irradia em círculos concêntricos cada vez mais amplos. O ponto de irradiação é a escola, normalmente o primeiro espaço público freqüentado de modo sistemático pela maioria das pessoas. A partir da escola, no entanto, as ações de protagonismo podem se espalhar pelo entorno comunitário da escola, pela cidade, pelo país, pelo mundo. Quando o adolescente decide problematizar e interferir em questões que, à primeira vista, não dizem respeito a pessoas de sua idade, ele está, de maneira efetiva, dando seus primeiros passos no rumo do protagonismo juvenil. Ele está, na verdade, cruzando o Rubicão que separa a vida privada da vida pública (GOMES, 2000, p.237).

4.2- Por que falamos em democracia participativa, cidadania, protagonismo? O que tem tudo isso a ver com a questão dos Grêmios Estudantis?

Parece claro que o debate em torno desses conceitos encontra-se no centro das preocupações das escolas que pretendem, além de ensinar, também preparar seus alunos para o exercício da democracia participativa, de maneira consciente e crítica, sendo o Grêmio Estudantil uma das instâncias e formas de fazer esse exercício. Tomando a idéia do protagonismo juvenil como ponto de partida, não seria essa a forma mais adequada de as escolas conseguirem que seus alunos participem tanto das questões internas da vida escolar quanto da comunidade? Não seria essa a forma de a escola incentivar o desenvolvimento de atitudes democráticas tanto dentro quanto fora do âmbito escolar? Fomentando um ambiente que estimule a participação, será que a idéia do Grêmio não surgiria dos próprios alunos, de uma forma natural, resultante de um desejo real dos estudantes?

Em síntese, os tempos atuais requerem o envolvimento dos jovens nas questões e demandas que hoje se apresentam – há, na escola, um espaço que deve ser ocupado pelos estudantes, onde eles possam, exercendo sua cidadania, colaborar e melhorar a sua comunidade. O Grêmio Estudantil pode constituir-se laboratório de ricas experiências socializadoras, promovendo e aglutinando, como representação estudantil, ações que expressem os anseios e interesses dos alunos, participando da construção de uma escola de qualidade. A escola tem muito a ganhar com a organização de um novo Grêmio que, valendo-se das lições da história, e integrado a uma Proposta Pedagógica, de cuja construção também participa, assegure o diálogo com o coletivo da escola, redimensionando as relações que no âmbito desta se processam, resgatando, ao mesmo tempo, a preocupação social do jovem e seu compromisso para com os interesses da maioria da população e para com os de sua própria categoria.



Assim se faz o novo: CONSTRUINDO – RESGATANDO TRANSFORMANDO

1- O Grêmio Estudantil e os alunos

A escola é um dos lugares mais importantes da nossa vida. Nela adquirimos experiências tristes e alegres, fazemos amigos, conquistamos nossos primeiros amores, aprendemos grande parte dos conhecimentos acumulados em diferentes campos, preparamos nosso futuro.



Em geral, quando os jovens opinam sobre a escola, sempre expressam o desejo de que ela seja mais aberta, mais livre, que os alunos sejam mais felizes dentro dela e, principalmente, que eles participem mais, que tenham chances de opinar, de sugerir e de modificar aspectos da vida da escola, além de receber um ensino de qualidade, que os prepare para a vida futura.

Pois bem. Este documento foi escrito com a intenção de ajudar a comunidade escolar – alunos, pais ou responsáveis e profissionais da escola - a refletir sobre uma forma específica de participação que o estudante poderá vir a assumir, durante sua vida escolar, tanto individual, quanto coletivamente: participando do Grêmio Estudantil.

O Grêmio é uma forma de representação dos alunos dentro da escola. Provavelmente é a primeira organização democrática com a qual o jovem terá contato. A possibilidade de organização de um Grêmio dos estudantes dentro das escolas hoje é garantida por legislação própria, que garante a liberdade de organização dos estudantes, tanto em nível de ensino universitário quanto básico. Nossa questão principal é: como tornar os Grêmios entidades realmente atuantes, capazes de dinamizar ações que atendam a diferentes interesses e possibilidades dos demais alunos? Como fazer para que o Grêmio promova o crescimento intelectual, cultural, a participação social dos seus colegas? Esse é um importante debate, que deve ser realizado em todas as turmas da escola, conduzido com a ajuda dos professores, tendo como objetivo a construção de um conceito sobre

o que é o Grêmio, seu papel, possibilidades e limites, importância e expectativas de trabalho conjunto com a comunidade escolar.

2- Quais as possibilidades de participação dos alunos, quais os limites para as realizações do Grêmio?

Essas possibilidades são inúmeras, conforme forem os interesses dos estudantes: eles gostam de esportes? Gostam de artes? De teatro? De música? De literatura? De poesia? Gostam de acampar? Gostam de jogos? A escola já se preocupou em fazer um levantamento das atividades extracurriculares dos seus alunos? Ela conhece as habilidades e talentos de cada um?

Na escola, com certeza, existem diferentes alunos com interesses semelhantes. Organizar um grupo de amigos que queira desenvolver atividades em torno dos seus interesses é uma ótima forma de participação da vida escolar. Certamente, a escola saberá abrir espaços e tempos para que essas atividades aconteçam, dados os inúmeros ganhos que elas proporcionam aos alunos, tanto em termos pessoais quanto relacionais. Entretanto, embora a escola possa responsabilizar-se por esse trabalho, ele terá muito mais validade se for assumido e gerenciado pelo Grêmio.

Porém, as ações dos Grêmios não são apenas de fundo cultural ou esportivo. Elas podem assumir um caráter socialmente mais relevante. Uma das vertentes mais importantes da formação dos alunos, hoje, refere-se à sua participação na vida da comunidade, sob a forma daquilo que chamamos de protagonismo juvenil. O jovem protagonista é aquele que se insere na organização de ações que visem à melhoria da vida dos habitantes da comunidade: por exemplo, em atividades relacionadas à alfabetização de adultos, à assistência às crianças mais afetadas pela pobreza, atividades de mutirão para a construção de creches ou abrigos comunitários, atividades relacionadas à preservação ecológica



E. E. de Manhumirim - MG - "Dia do Professor" - Homenagem promovida pelo Grêmio Estudantil - Arquivo da Escola.

da localidade e muitas outras. Os diferentes grupos culturais e esportivos já citados poderão ser também grupos protagonistas, na medida em que queiram, por exemplo, ensinar as habilidades de sua área a outros grupos da comunidade, contribuindo para ampliar a inserção cultural de outras pessoas.

A organização dessas ações de protagonismo é uma outra face do trabalho do Grêmio, de grande importância, e que contribui para a participação dos alunos na vida da comunidade, propiciando a sua entrada na esfera pública de atuação.

Qualquer projeto que tenha por objetivo incentivar ou promover o protagonismo juvenil parte do princípio de que o adolescente ou jovem apresenta a capacidade política de um cidadão. A cidadania pressupõe os direitos universais de um ser político, que decide sobre o seu destino e o de sua coletividade.

Mas a cidadania juvenil é peculiar. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o adolescente (aquele que tem entre 12 e 18 anos de idade) é um cidadão em formação. Por este motivo, o adolescente é responsável por seus atos, mas é inimputável, ou seja, é merecedor de uma legislação que o proteja, ficando isento das penalidades semelhantes às aquelas impostas aos adultos que infringem a lei. Essa é uma forte razão pela qual as atividades do Grêmio precisam estar apoiadas na Proposta Pedagógica da Escola, inserindo-se no seu âmbito educativo e contar com o apoio dos adultos que integram a comunidade escolar. Ou seja, para que essas estejam em consonância com as normas legais vigentes, a direção da escola deve acompanhar as realizações do Grêmio, não podendo, portanto, haver uma desvinculação entre essas duas instituições.

A Proposta Pedagógica da Escola é a referência básica para todas as ações que se realizam no âmbito da escola. É importante salientar que todos, alunos, professores, pais, demais profissionais, são protagonistas no processo de construção dessa proposta. Por isso, os princípios nela expostos, coletivamente delineados, devem orientar a organização e o funcionamento escolar, imprimindo uma direção comum, significado e sentido para as ações de todos aqueles que nela convivem e com ela interagem. Da mesma forma, resultantes de um processo democrático e participativo, são delineadas as estratégias de ação, entendidas como capazes de promover as mudanças desejadas na realidade escolar.

Por isso, também o Grêmio Estudantil é convocado a fazer parte desse esforço, direcionando e orientando suas ações conforme esses mesmos princípios. É importante salientar que o comprometimento com a Proposta Pedagógica da Escola não significa tutela, paternalismo ou intromissão, mas, sim, predisposição para contribuir para o sucesso educacional da escola, apoio às suas iniciativas, abertura para o diálogo.

Uma vez que considera a importância do Grêmio como órgão representativo dos estudantes, veículo de formação para a cidadania, espaço para o desenvolvimento social dos alunos, a escola incentiva a sua formação e a sua atuação, considerando que o Grêmio é um parceiro do projeto educacional da escola.

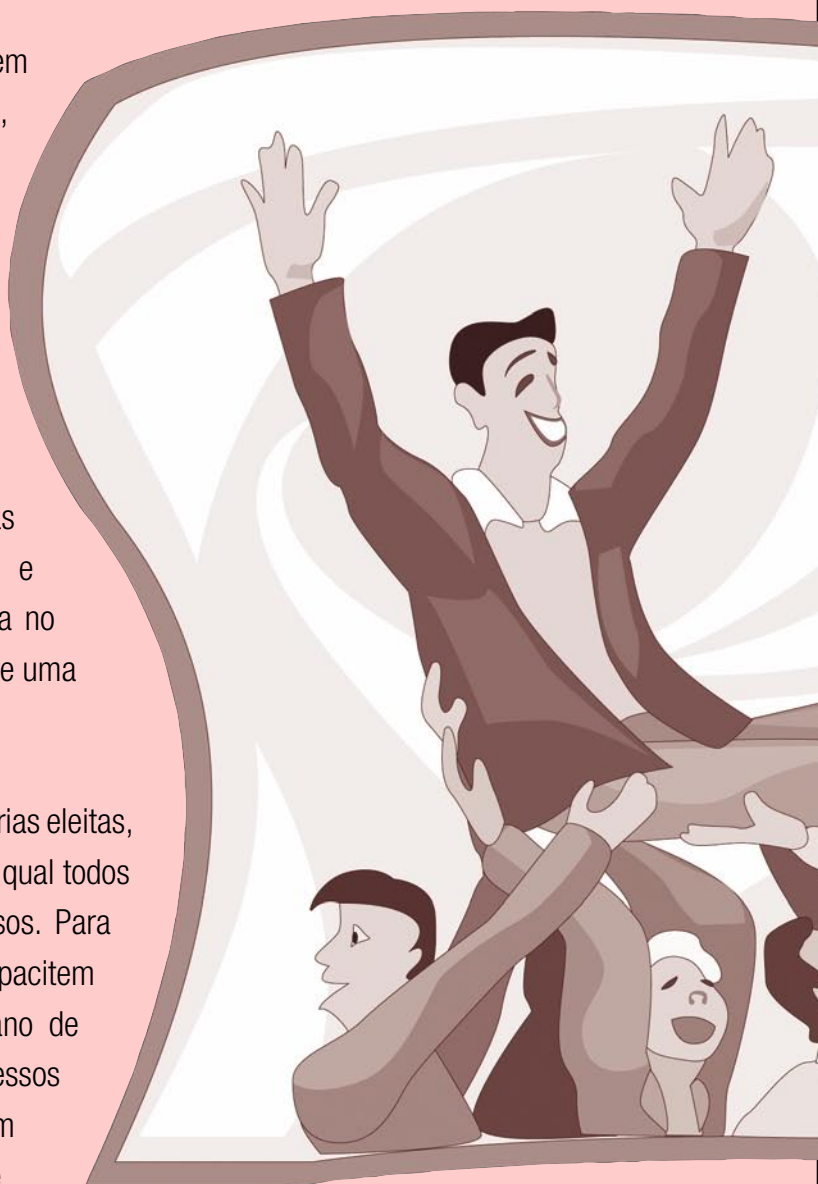
3- Quem pode oferecer apoio e contribuir para ajudar o Grêmio em suas realizações?

Em primeiro lugar, a direção da escola, os professores e demais profissionais, precisam disponibilizar uma parte do seu tempo de trabalho para a orientação necessária aos alunos, de tal forma que o Grêmio alcance seus objetivos e possa efetivamente contribuir para a formação cidadã de todos eles.

Em segundo lugar, os próprios estudantes devem apoiar o Grêmio, participando das atividades, formando grupos, oferecendo sugestões, trabalhando para reforçar o Grêmio e garantir o seu sucesso.

A comunidade escolar, os pais, os comerciantes, os empresários, as associações da cidade também podem e devem oferecer seu apoio e participar, principalmente, em ações conjuntas que visem realizações sociais de maior peso e abrangência. Serão auxiliares preciosos da escola no seu esforço de educar os jovens para o exercício de uma cidadania autônoma e solidária.

Entretanto, o maior apoio do Grêmio vem das diretorias eleitas, por meio de um trabalho sério, bem planejado, do qual todos queiram participar e do qual se sintam orgulhosos. Para tanto, é preciso que os membros da diretoria se capacitem para a elaboração e implementação de um plano de ações, com objetivos e resultados esperados expressos de maneira clara, tarefas bem definidas e bem distribuídas, um cronograma realista, orçamentos e modos de financiamentos transparentes, momentos e formas de prestação de contas dessas ações também definidos e obedecidos. A diretoria do Grêmio deve se lembrar de que está exercendo uma ação que tem impactos sobre a comunidade interna e externa da escola. Portanto, é preciso que esteja preparada para responder bem pelos seus atos. Para aprender a fazer esse tipo de planejamento da maneira mais adequada, o Grêmio pode recorrer à equipe de especialistas da escola ou à direção.



4- Informações importantes

4.1- Como se organiza um Grêmio Estudantil?

Sugere-se que o Grêmio se organize em primeiro lugar pela sensibilização da comunidade escolar. Essa sensibilização é de grande importância. Ela deverá ser precedida pela discussão das questões colocadas na primeira parte deste documento, para que os alunos tenham a chance de construir um conceito de cidadania, de protagonismo e de Grêmio. Em seguida, caso os alunos realmente se interessem pela organização do Grêmio, será necessário que um grupo de representantes converse com a direção da escola e juntos, organizem as melhores formas de divulgação da idéia: cartazes, informativos, reuniões, debates, entrevistas, conversas.

Em seguida, será preciso divulgar a legislação sobre o Grêmio, os regulamentos para a composição das chapas candidatas, cargos, funções, bem como os regulamentos da eleição. É importante que o Grêmio possua um estatuto aprovado pelos alunos em assembléia convocada especificamente para essa finalidade. Portanto, o estudo e discussão desse estatuto devem ser conduzidos na escola, com o auxílio dos profissionais, dando-se um tempo para que os alunos se manifestem e sugiram modificações.

Em terceiro lugar, as chapas candidatas e regularmente inscritas deverão preparar suas propostas e planos de ação, em consonância com a Proposta Pedagógica da Escola.

O quarto passo refere-se ao tempo de campanha eleitoral, realizada com o cuidado ético necessário a uma disputa elegante, de alto nível cultural e conforme regras claras.

Finalmente, procede-se à eleição e à posse da chapa vencedora. Depois disso, segue-se o período de mandato, um período de muito trabalho e dedicação, com a participação do maior número possível de alunos da escola.

4.2- Fundamentação legal

Os seguintes dispositivos constituem fundamentos legais que garantem ao estudante e à escola o direito à criação e funcionamento do Grêmio Estudantil em todas as instituições de ensino. A íntegra dessas leis pode ser encontrada no sítio da SEEMG – www.educacao.mg.gov.br/gremio – ou no sítio da UBES – www.ubes.org.br. Observação: no sítio da UBES encontra-se também disponibilizado um modelo de estatuto para os Grêmios.

Lei número 7.395, de 31 de outubro de 1985.

Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.

Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985.

Dispõe sobre a organização de entidades representativas de estudantes do primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996. -----

Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.

Lei nº 13.410, de 21 de dezembro de 1999. ---

Altera dispositivos da Lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.



Alunos da Escola Estadual “Maestro Villa Lobos” - Belo Horizonte - MG - Arquivo da Escola.

4.3- Modelos de outros documentos necessários à eleição do Grêmio Estudantil

Modelo 1- Ficha de inscrição das chapas candidatas:

PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL
DA ESCOLA ESTADUAL

FICHA DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS DA CHAPA: NOVO HORIZONTE

PRESIDENTE

Nome

Série.....Turma.....

Assinatura do candidato

VICE-PRESIDENTE

Nome

SérieTurma.....

Assinatura do candidato

SECRETÁRIO

Nome

Série:.....Turma.....

Assinatura do candidato

(Completar o formulário com os demais cargos que compõem a CHAPA CANDIDATA. Fazer um formulário para cada chapa.)

Modelo 2- Ficha de votação por turma

PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL
DA ESCOLA ESTADUAL.....

FICHA DE VOTAÇÃO – TURMA

Nº de ordem	Nome	Assinatura
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		

Total de votantes:

Assinatura do membro da comissão eleitoral

Data da Eleição:.....

Modelo 3- Designação e credenciamento dos mesários:

PROCESSO DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL DA ESCOLA ESTADUAL

.....

DESIGNAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS MESÁRIOS

O Presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições e de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação vigente, designa e credencia

.....

.....

.....

.....para comporem a Mesa Receptora e Escrutinadora dos votos dos alunos para a eleição do Grêmio Estudantil da Escola Estadual

.....

..... Data:.....

(assinatura do presidente da comissão eleitoral)

Modelo 4- Sugestão de crachá para uso dos fiscais que acompanharão o processo de votação e de apuração dos votos.

ESCOLA ESTADUAL	
ELEIÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL	
NOME DO FISCAL	TURMA
FISCAL	
ASSINATURA DO FISCAL	ASSINATURA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL

Modelo 5- Cédula de votação

CHAPAS CANDIDATAS	
NOVO HORIZONTE	
ESPERANÇA	
MUDANÇA	
CHAPA BRASIL	

Observação: as cédulas deverão receber o carimbo da escola no verso e a assinatura de um membro da Comissão Eleitoral.

MODELO 7- SUGESTÃO DE ATA DE POSSE

Aosdias do mês de de, às ____ horas,
teve início a cerimônia de posse da nova diretoria do Grêmio Estudantil
A entidade tem como finalidade defender os interesses dos estudantes e a Proposta Educativa da Escola
....., situada na rua....., bairro
....., em
O presidente do Grêmio,....., encerra hoje o mandato da gestão
.....e passa a direção da entidade para os seguintes estudantes, eleitos no dia
..... do mês de..... de....., pela chapa.....:

Presidente:

Vice-presidente:

1º Secretário:

2º Secretário:

1º Tesoureiro:

2º Tesoureiro:

Diretor de assuntos educacionais:

Diretor de imprensa:

Diretor de esportes:

Diretor de cultura:

1º Suplente:

2º Suplente:

Foram convidadas a compor a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)

Após a apresentação da diretoria, o presidente anterior falou aos presentes sobre a sua gestão e passou ao presidente eleito toda a documentação referente à prestação de contas. Em seguida, o presidente eleito fez um discurso, por meio do qual ressaltou os seguintes pontos sobre a proposta de trabalho de sua chapa:

.....

Finalmente, foi aberta a palavra para os membros da mesa e, posteriormente, para as pessoas presentes na platéia. No final das saudações, foi declarada encerrada a cerimônia e empossada a nova diretoria do Grêmio.

(seguem-se as assinaturas dos membros da comissão eleitoral, do novo presidente, do ex-presidente e dos membros da diretoria eleita.)

Parte III

Conclusão

Chegamos ao final deste documento. Desejamos que ele seja apreciado e, realmente útil às escolas. Esperamos, principalmente, que ele contribua para que as escolas sejam espaços de convivência, de aceitação e respeito de cada um por si mesmo e pelo outro, nos quais os jovens se sentirão seguros e amparados para ensaiar seus primeiros passos em direção à participação no mundo. Organizar esses espaços de convivência, dos quais os Grêmios Estudantis constituem um exemplo, é trabalhar para estabelecer a idéia de que outro é tão legítimo quanto qualquer um, é trabalhar pelo fortalecimento da democracia, para o desaparecimento das desigualdades sociais, da pobreza e das diferentes formas de abuso, tão comuns nos dias de hoje.



Indicações Bibliográficas

ABRÃO, Bernadette Siqueira. História da Filosofia, São Paulo: Nova Cultural, 1999.

GOMES, Antônio Carlos. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2000.

**DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO DA
GESTÃO ESCOLAR E ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL**

Éder Quintão Torres

DIRETORA DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Grace das Graças Freitas Caniello

EQUIPE TÉCNICA

Érico Vieira Leão Pereira
Marília Alkmim de Figueredo Mendonça
Maria da Conceição de Brito Magalhães
Maria Nazaré Moreira de Souza
Maria Porcina de Castro Diniz
Maximiliana Greggio Ramos Ferreira
Renato Kennedy Oliveira Rodrigues
Vilson Luciano Gonçalves

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Fotos: Arquivo das Escolas
Produção: RC Comunicação Ltda.
Fotolito:
Gráfica:

CONSULTORAS

Ana Tereza Drumond Rodrigues
Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MG

Outubro de 2004

